

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-11-2021.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulo Schuster e Ramiro Rosário. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jessé Sangalli e Aldacir Oliboni. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de André Barbosa, secretário municipal de administração e patrimônio, que se pronunciou apresentando as principais ações da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio. Em continuidade, Jonas Reis, Leonel Radde, Paulo Schuster, Lourdes Sprenger, Giovane Byl, Roberto Robaina, Mônica Leal, Aldacir Oliboni, Comandante Nádia e Mauro Pinheiro pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues e Roberto Robaina. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a André Barbosa. Foi aprovado requerimento de autoria de Fernanda Barth, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e dois ao dia vinte e quatro de novembro do corrente. Foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia onze ao dia treze de novembro do corrente. Foram apregoadas as seguintes proposições: Projeto de Lei do Legislativo nº 423/21 (Processo nº 1004/21), de autoria de Aldacir Oliboni; Projeto de Resolução nº 060/21 (Processo nº 1117/21), de autoria de Camila Nunes; Projetos de Lei do Legislativo nºs 497 e 498/21 (Processos nºs 1127 e 1128/21, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; Projeto de Lei do Legislativo nº 493/21 e Projetos de Resolução nºs 062 e 064/21 (Processos nºs 1121, 1125 e 1131/21, respectivamente), de autoria de Coletivo Cuca Congo; Projeto de Lei do Legislativo nº 490/21 (Processo nº 1118/21), de autoria de Giovane Byl; Projeto de Lei do Legislativo nº 499/21 (Processo nº 1129/21), de autoria de José Freitas; Projeto de Lei do Legislativo nº 441/21 (Processo nº 1038/21), de autoria de Mauro Zacher; Projeto de Lei do Legislativo nº 358/21 (Processo nº 0855/21), de autoria de Pedro Ruas; Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 032/21, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 020 e 026/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 136 e 259/21; em 2ª

sessão, os Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015 e 030/21, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, discutido por Jonas Reis, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 032, 079, 082, 083, 087, 135, 164, 200, 210, 229, 249, 260, 286, 316, 332, 396, 404, 410, 416, 426, 436 e 438/21, os Projetos de Lei do Executivo nºs 041 e 043/21 e os Projetos de Resolução nºs 016, 047, 048 e 051/21. Também, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Ramiro Rosário e Alexandre Bobadra pronunciaram-se durante o período de Pauta. Às dezesseis horas e trinta minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, diretor. De imediato, convido o secretário André Barbosa, da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, para compor a Mesa.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu queria falar sobre a audiência pública que tivemos ontem. Nós tivemos a oportunidade de observar as mudanças principais no projeto de isenções, e eu venho a esta tribuna um pouco para explicar o projeto, um pouco para colocar para vocês o meu entendimento sobre o contexto no qual nós estamos inseridos e para fazer uma pergunta bastante importante para todas as pessoas que nos assistem. A pergunta é: quem paga a isenção do isento? A pessoa que anda de graça representa um custo para o sistema, ou ela não representa um custo para o sistema? Quem banca a passagem de quem anda de graça? Existe almoço grátis? Essas são as perguntas que têm que ser respondidas. Hoje, infelizmente, não sei se vocês se deram conta, mas nós, dentro do Município de Porto Alegre, somos a personificação do Estado. O prefeito é o Poder Executivo, o conjunto dos 36 vereadores é o Poder Legislativo, e nós temos o poder de fazer leis com circunscrição sobre o Município de Porto Alegre. E nós, não nós, estes CPFs, mas nós, vereadores, no passado, fizemos algumas leis que garantiram a isenção no transporte público para algumas pessoas, para algumas categorias. Algumas categorias de trabalhadores, algumas pessoas na condição de criança, algumas pessoas portadoras de necessidades especiais. Mas o que nós nunca dissemos para ninguém, ao dizer para as pessoas que elas tinham o direito à isenção, é qual seria a fonte de pagamento para o custeio das

passagens que nós dizíamos ser gratuitas. Ou seja, quando nós não especificamos uma fonte de custeio para bancar as passagens que nós dissemos que merecem ser gratuitas, nós acabamos onerando as pessoas pobres que pegam ônibus ao lado das pessoas que têm direito à isenção, mas que não têm direito a essa isenção. Como diria o prefeito Melo, nós temos hoje um sistema de transporte público em que o pobre financia o pobre. O que eu trago à luz aqui é que esse custo não é insignificante, o custo das pessoas que têm isenção não é zero. É justo que nós, que somos o Estado, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, quando indicamos que uma pessoa tem direito à isenção, encontremos uma fonte de financiamento para bancar a isenção da passagem dessa pessoa que nós dizemos que tem direito à isenção? Eu acho que é justo. Se eu e o prefeito, ou eu e o coletivo de vereadores, juntamente com o prefeito, dizemos que tal categoria de pessoas tem direito a ônibus de graça, é justo que nós também encontremos uma fonte de financiamento para bancar a isenção dessas pessoas, senão nós estaremos fazendo demagogia com o dinheiro dos outros. E o pior: demagogia com o dinheiro das pessoas que são obrigadas a usar o transporte público, porque não têm dinheiro para usar outra forma de transporte. Esse é o primeiro ponto.

Tem um segundo ponto interessante neste tema. O prefeito acaba sendo a única pessoa que carrega nas costas o peso político de reajustar as passagens, porque o contrato de concessão tem uma cláusula que garante a sustentabilidade econômica do transporte público. O que isso significa? Para os empresários que ganharam aquela concessão no passado, têm uma cláusula que a eles garante a lucratividade do empreendimento. Tem um contrato em Porto Alegre que garante a lucratividade das pessoas que exploram o transporte público na cidade. É um absurdo? É um absurdo. Está no contrato? Está no contrato. Então é algo que não tem como lutar. Podemos tentar fazer com que se reduza o custo disso, mas não tem como lutar contra o que está escrito no papel, assinado em contrato, aprovado pela Câmara, aprovado pelo prefeito e chancelado pelo Tribunal de Contas, não tem como mudar. Entretanto, poderia o prefeito colocar dinheiro novo no sistema, do seu bolso, entre aspas, do Poder Executivo? Poderia. Ele pode ser apontado por isso? Na minha opinião, pode ser apontado por isso. Eu não acho justo a gente colocar dinheiro para subsidiar as empresas que nós todos aqui condenamos e dizemos que fazem um mau trabalho. Eu não sou a favor. Entretanto, se faz sentido que nós, que dizemos que as pessoas que são isentas têm que ser custeadas por fontes de recursos que nós buscamos, então nós temos que colocar dinheiro no sistema através das pessoas que nós dizemos que têm direito à isenção, senão a gente vai estar fazendo o pobre pagar por aquela pessoa que nós dizemos que tem direito à isenção. Então, essa sugestão que onera o Poder Executivo é o que faz parte desse projeto que está sendo construído agora; não vai ser mais o pobre que paga para o pobre, que tem direito à isenção, quem vai ter que encontrar a fonte de financiamento daquelas pessoas que diz que tem isenção é o Poder Executivo. No primeiro projeto, o Poder Executivo tinha encontrado uma fonte de financiamento de R\$ 20 milhões, para quê? Isentar 100% a passagem das crianças do ensino fundamental, com até um limite de corte de renda – era um ou dois salários mínimos *per capita*. Agora, depois de toda a discussão, se mudou para um corte de renda de R\$1.600,00 *per*

capita – per capita. Se eu sou um pai de família, casado com uma pessoa, e tenho um filho – três pessoas – R\$ 1.600,00 vezes 3 dá R\$ 4.800,00. Uma família com um filho, com renda de R\$ 4.800,00, vai ter o direito ao transporte gratuito das crianças do ensino fundamental. Isso nunca existiu na cidade de Porto Alegre. Por essas e outras, eu acho que o projeto é bom e acho que ficou melhor do que estava. Não é o que eu esperaria? Não é o que eu esperaria, mas demos um passo pela justiça no pagamento das passagens, e eu acho que por isso o projeto tem que ser, nesses termos, aprovado, até para que, no futuro, nós possamos melhorar ele com o texto novo em vigor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que está nos acompanhando, de modo especial os agentes comunitários de saúde, sejam bem-vindos; cidadãos e cidadãs, nosso secretário de administração, que hoje estará aqui em comparecimento. Faço aqui, em nome da nossa bancada, bancada do PT, do Ver. Jonas, da Ver.^a Laura e do Ver. Leonel, um pedido ao governo neste período de lideranças. Ver. Idenir Cecchim, nós acompanhamos já, há alguns dias, uma negociação que está sendo feita pelos sindicatos da saúde e o Ministério Público do Trabalho para que na Atenção Básica sejam absorvidos, num projeto de lei que o governo mandou aqui para Casa, todos os Agentes Comunitários de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde. O projeto que chegou aqui, para os senhores terem uma ideia, ex-Vereador Nedel, que presta atenção, ele absorve apenas 351 agentes comunitários e 81 agentes de endemias. Mas enquanto tem esse diálogo com o Ministério Público do Trabalho, não há por que o vereador-líder do governo tentar priorizar esse projeto nas comissões conjuntas hoje à tarde, porque a discussão ainda permanece, tanto é verdade, que, na reunião de Comissão de Saúde e Meio Ambiente, feita na terça-feira, houve um apelo dos trabalhadores da saúde, do sindicato, para não apressarem, para não votarem apodadamente. Nesse sentido, em nome da nossa bancada, nós queremos fazer um apelo, primeiro, para que sejam absorvidos todos os agentes comunitários de saúde atualmente, para que sejam absorvidos todos os agentes de endemias e para que a Atenção Básica seja, sim, um modelo de atenção ao atendimento da população de Porto Alegre, a partir do reconhecimento desses trabalhadores que estão lá na linha de frente. Não há como entregar algo que está dando certo para a iniciativa privada, como fez o governo anterior e continua o atual governo. Esses trabalhadores fizeram concurso público, esses trabalhadores, que são quatro agentes em cada equipe e que estão distribuídos em toda a nossa cidade, o governo quer reduzir um agente para cada equipe da saúde; e quem vai atender a população lá na casa do Seu João, lá na casa da Dona Maria, que sabe o nome da pessoa, que sabe o medicamento que ela toma, que faz a contrarreferência e, mais do que isso, que leva a atenção devida, preconizada na

Atenção Básica? Esse é o vínculo, o vínculo do cidadão com o profissional da saúde que, em tese, temos que reconhecer, deu certo há muitos anos e continuará dando certo. Temos divergências, sim, no formato em que o governo defende a terceirização e nós, não, mas nesse caso pontual, quando o governo reconhece que tem que mandar um projeto de lei para absorver os agentes porque estão assegurados pela Emenda Constitucional nº 51 e o concurso público, temos que reconhecer que todos merecem a dignidade, que todos merecem ser absorvidos. Por isso fazemos um apelo, para que o discurso, para que as falas continuem sendo feitas nessa direção. Portanto, nobre Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, ou quem fala pelo governo, retire este projeto da conjunta para nós continuarmos conversando, avançando e ter esse reconhecimento. Amanhã terá um ato na frente da Secretaria Municipal de Saúde e um ato na frente do Ministério Público do Trabalho, porque todos trabalham nessa direção, a luta pela dignidade, pelo emprego e pela ampliação da Atenção Básica. Um forte abraço a todos da bancada do PT.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Hoje temos o comparecimento do secretário André Barbosa, que apresentará as principais ações da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – SMAP.

O Sr. André Barbosa está com a palavra.

SR. ANDRÉ BARBOSA: Boa tarde a todos, quero agradecer a oportunidade, Presidente Márcio Bins Ely, ilustre vereador-presidente da Mesa Diretora, de estar presente aqui neste momento. Quero agradecer e cumprimentar todos os vereadores aqui presentes, na pessoa do nosso líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, e da nossa vice-líder do governo, Ver.^a Comandante Nádia; quero cumprimentar toda nossa equipe da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – SMAP que se faz aqui presente: os diretores; o secretário adjunto Beбето; todo o nosso Gabinete na pessoa da chefe de gabinete, Juliana; quero cumprimentar os servidores da Casa, os meus ex-colegas, tenho muito orgulho de ter passado na Câmara Municipal, foi um aprendizado. Estou vendo muitos amigos aqui, não quero cometer injustiça, amigos de longa data. Fico muito feliz com este reencontro e com esta oportunidade de falar um pouquinho sobre algumas ações que nós conseguimos desenvolver nesses 10 meses de gestão, sob a liderança do nosso prefeito Sebastião Melo e do nosso vice-prefeito Ricardo Gomes.

Eu tenho uma apresentação para vocês que resume um pouco de algumas entregas, na medida do possível, neste ano complicado de pandemia e que todos os esforços foram dedicados à vacinação. Porto Alegre, hoje, está num ritmo intenso de vacinação da segunda dose e também da terceira dose.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ANDRÉ BARBOSA: Queria falar um pouquinho das competências da Secretaria da Administração e Patrimônio, ela foi recriada nesta gestão, ela era uma secretaria que integrava a Secretaria de Planejamento e Gestão, ela foi desmembrada e hoje temos a Secretaria de Administração e a Secretaria de Planejamento separadas. A nossa competência passa pela gestão do Patrimônio do Município, onde entra o patrimônio imobiliário, mobiliário e a frota de veículos. Depois temos a gestão de pessoal que envolve todo o RH, toda a política de pessoal; a gestão de licitações e contratos que faz toda a gestão das licitações da administração centralizada e também todo o controle dos contratos, não da execução, a execução são as secretarias de ponta que exercem a execução dos contratos. Nós temos também a gestão organizacional que trata de toda reforma administrativa, a modernização administrativa, e a gente está muito atento com as mudanças que estão acontecendo no Congresso Nacional sobre isso.

Eu queria apresentar 10 ações em cada uma dessas duas áreas, até porque o tempo é curto, mas as ações que a gente julga que são mais relevantes neste momento. A gestão de patrimônio, como eu disse, trata de todos bens imóveis, mobiliário e os veículos do Município próprios e locados. Desde o início da gestão, a gente vem promovendo o inventário dos imóveis, algo que nunca foi feito no Município. Nós temos, atualmente, um controle precário desse imobiliário e, só para os senhores terem uma ideia, nós temos 11 mil registros de imóveis matriculados, sendo que desses 11 mil, nós temos oito mil matrículas de leitos viários e três mil imóveis onde entram todos os próprios, todos os bens dominiais, escolas e todos os prédios que servem de sede para a administração. Nós estamos fazendo esse inventário que é muito importante e depois vamos colocar esses dados numa plataforma digital que vai facilitar o acesso e o controle desses imóveis. Esses imóveis estão sendo visitados um a um, fotografados e vão ser registrados e também, muitos deles, cercados ou alienados. Nós temos muitos imóveis que são mal aproveitados no Município. Nós estamos promovendo a revisão de todas permissões de uso, a cessões de uso. A nossa ideia é acabar com essa história de que Prefeitura é uma imobiliária, na verdade, não, nós temos que ficar com os imóveis que realmente importam para a administração. Aqueles imóveis que geram despesas, que acabam servindo para depósito de lixo, drogadição, a gente vai, sim, aliená-los. A gente já está fazendo esse processo de alienação de imóveis, já temos editais publicados, tem sessões públicas ainda este ano para alienação dos imóveis. Nós estamos encaminhando para a Câmara de Vereadores um projeto que vai reformular todo o programa de gestão do patrimônio imobiliário e também vai prever a constituição de um fundo imobiliário. Por que esse fundo é importante? Todo o patrimônio e todas as receitas que advêm dos TPUs onerosos, onde entram os permissionários do Mercado Público, os permissionários da orla, viaduto Otávio Rocha, todos os permissionários que pagam um valor para a Prefeitura, assim como os imóveis que são alienados, vendidos vão para custeio. Quando a gente precisa fazer uma reforma do patrimônio, precisa fazer um retrofit, precisa investir na regularização dos imóveis, que é custoso para o Município, nós acabamos não tendo receita para isso. Então nós vamos constituir um fundo, essa é a ideia, e esse debate vai ser feito aqui na

Câmara, que é fundamental para que a gente possa fazer a preservação do patrimônio público. Hoje nós temos um patrimônio que não está preservado, porque nunca se deu importância para isso. Então o programa de gestão dos imóveis é fundamental para a gente dar um outro tratamento para o patrimônio imobiliário.

Sobre a aquisição do novo Centro Administrativo. Nesses 10 meses de gestão, a gente tem discutido muito internamente, a pedido do prefeito, uma solução para isso. A ideia é valorizar o Centro dentro de um programa de revitalização, que o secretário Cezar Schirmer, do Planejamento, está tocando, que é o nosso prefeito do Centro. Os comerciantes, os empresários, os mercadeiros têm cobrado muito da Prefeitura, porque havia uma ideia de se construir um Centro fora do Centro Histórico, e depois da pandemia todo o comércio do Centro foi afetado. Se nós tirarmos a Prefeitura do Centro, nós acabaríamos, realmente, com o comércio no Centro onde muitas lojas fecharam. A ideia, também, do Centro Administrativo é de facilitar a vida do cidadão, daquele que usa o serviço da Prefeitura, para não ficar andando em vários bairros para conseguir acessar o serviço da Prefeitura. Então, nesse sentido o Centro Administrativo é fundamental. E o negócio da ocasião foi o prédio da Habitasul, numa ação judicial em que a Habitasul devia milhões em IPTU e outros débitos tributários, encontrou-se um meio-termo ali, com uma homologação judicial – houve uma justificativa de economia de despesa com locação, de todos esses requisitos que falei antes, de centralização dos serviços da Prefeitura, de diminuição de despesa com locação –, nós vamos diminuir cerca de 3 a 5 milhões de reais por ano em despesa com locação, centralizando todas as secretarias ou quase todas nos dois prédios hoje na Rua Siqueira Campos, os dois na Rua Siqueira Campos agora, um com 14 andares, outro com 18 andares. Esse prédio está em excelentes condições, já estamos fazendo um plano de ocupação, liderados pelo Gabinete do prefeito, desses espaços. Acho que é muito positivo isso, essa aquisição. Ainda na questão patrimonial, nós começamos um mutirão de cercamento daqueles imóveis que ainda não têm uma destinação específica, seja porque precisam de uma autorização legal para venda, ou ainda de uma alteração de regime, para poder alienar. Nós começamos já o cercamento, com gradil de concreto, uma cerca realmente eficiente, para evitar invasões, depósito de lixo, estacionamento clandestino. A gente está fazendo, em 50 terrenos, esse cercamento. Também o inventário dos móveis, na verdade, do mobiliário – também nunca foi feito da maneira como estamos fazendo. Nós vamos fazer um controle, tudo por RFID, que propicia um inventário rápido em cada setor da prefeitura, que vai conseguir verificar, em tempo real, se um móvel, se uma mesa, se uma cadeira, se um computador sai do prédio da Prefeitura. Hoje não tem esse controle, nós só conseguimos constatar a ausência de um mobiliário uma vez por ano, quando é feita a contagem desse patrimônio. Então, a gente vai conseguir fazer isso em tempo real. Nós estamos promovendo a venda de veículos inservíveis, aqueles que não são viáveis economicamente para o Município, estamos publicando um edital nos próximos dias, vamos vender 37 veículos inservíveis, que o custo de manutenção é maior do que 50% do seu valor. Recentemente, através de uma solicitação do Ver. Ramiro, que está aqui na minha frente e não me deixa mentir, nós cedemos uma kombi ano 1990, se não estou enganado, para o Programa de Economia Criativa fazer o

transporte dos profissionais para as comunidades – ficou bem bacana; então, a ideia é dar uma destinação adequada e correta para o patrimônio mobiliário. Eu estava falando, há pouco tempo, com o vereador Mauro Pinheiro, nosso amigo, sobre a adesão à Ata de registro de preço do governo federal, que trata do transporte por APP. Foi feita uma licitação em nível federal, que envolveu grandes empresas de aplicativos, e a vencedora foi uma empresa gaúcha. E nós fizemos a adesão a essa Ata de registro de preço. Então, hoje, o transporte administrativo é feito por aplicativo do TáxiGov, e nós obtivemos uma redução de 30% na despesa com transporte administrativo aqui na Prefeitura. Ainda nesta gestão do patrimônio, nós temos o Mercado Público; desde o início da gestão temos trabalhado forte numa divisão de tarefas entre cinco secretarias, e coube a nós fazer cobrança dos inadimplentes. Nós tínhamos um débito muito alto no Mercado Público no pagamento dos TPUs onerosos; então, a gente conseguiu reduzir de forma drástica 80% no valor das dívidas do Mercado, e estamos na iminência de licitar os espaços vagos, bem como os que já são ocupados. Gestão de pessoas: bom, algumas ações na gestão de pessoas – destaco o programa de Gestão por Competências, a meritocracia. Nós não tínhamos ainda no Município uma avaliação de desempenho das chefias. Então, nós iniciamos, no primeiro ciclo, avaliação das chefias de nível 7 e nível 8, que são os diretores e coordenadores, os postos de confiança, sejam CCs, FGs, eles hoje serão avaliados, não com qualquer resultado punitivo, não é isso, é para a gente ter claro, na administração pública, quais são as qualidades e as deficiências dos gestores, para que a gente possa, junto com a Escola de Gestão Pública, atuar para qualificar os gestores em determinadas carências. É um programa de gestão por competência que já é muito conhecido na iniciativa privada, em vários setores da administração pública estadual e federal. A gente está trazendo isso para o Município, é uma inovação. Nós pretendemos estender as avaliações para os outros níveis, o nível 5 e o nível 6 – então é importante. A questão do teletrabalho: nós, em virtude da pandemia, fomos compelidos, como Município, e aqui na Câmara não foi diferente, a trabalhar em casa, em virtude da necessidade do distanciamento social, o que acelerou um processo que já vinha acontecendo em vários setores da iniciativa privada e do setor público. Tenho que fazer justiça, o estudo para implantação do teletrabalho no Município de Porto Alegre não começou nesta gestão, começou antes – nós tínhamos um grupo de trabalho na Secretaria Municipal de Administração, aliás, na diretoria de pessoal, ainda não era a Secretaria de Administração, que iniciou um estudo para implantação do teletrabalho como uma modalidade definitiva de trabalho. Nós aproveitamos todo esse time que já tinha feito esse estudo e, por orientação do prefeito Sebastião Melo, aprofundamos esse estudo, chegando a um bom termo. Nós publicamos um decreto no meio deste ano, disciplinando e normatizando o funcionamento do teletrabalho em Porto Alegre, como uma modalidade de trabalho. Esse decreto foi copiado por várias cidades brasileiras porque já tínhamos começado antes o estudo – então não tinha razão de ser começarmos um novo estudo. A gente aproveitou todo esse trabalho qualificado, que hoje serve de modelo para várias cidades; a gente hoje se encontra num período de implantação do teletrabalho, também de realização dos planos individuais de trabalho em cada equipe. Efetivamente, creio que, na nossa secretaria, a gente consiga já implantar o teletrabalho

no início de janeiro como modalidade de trabalho. Claro que tem que ser feito todos ajustes necessários de controle de produtividade e também dar condições para o servidor poder exercer esse teletrabalho. Então, é uma entrega que julgamos muito importante.

A modernização das normas de pessoal passa pela revisão de vários decretos ou por ausência desses decretos, algumas ações que nós precisamos normatizar. Só para vocês terem uma ideia, para ingresso do servidor no Município, dependendo da situação, uma carteira da OAB, ou uma carteira de engenheiro, ou uma de administrador, emitidas pelos órgãos profissionais, não servia para provar o nível superior, era exigido o diploma, um certificado e tudo isso mais, o que facilitava, inclusive, as fraudes. Então, hoje, no Município, conseguimos regular, não existia esse decreto que regula todo o ingresso dos servidores hoje, seja por concurso público, seja cargo de confiança, é tudo regulado num diploma só. Isso foi um avanço.

A questão das férias também, estamos regulando. Nós temos situações de servidores que acumulavam três, quatro períodos de férias ou mais, hoje isso não acontece.

A questão da capacitação de servidores. Nós, nesses 10 meses de governo, de gestão, já capacitamos mais de dois mil e trezentos servidores, seja presencial, seja na plataforma virtual, no EducaPOA. E também quero registrar que fizemos uma parceria com a Escola do Legislativo, isso não existia, então, agora, vamos comungar dos cursos. O curso que for patrocinado pela nossa Escola de Gestão, também vai ser utilizado e disponibilizado para os servidores da Casa, e vice-versa, através da plataforma EducaPOA.

O agente integrador de estágios – também estamos avançando nisso, acredito que, até no início do mês de dezembro, já teremos o edital publicado. Nós vamos, sim, buscar no mercado um agente integrador para fazer essa gestão dos estágios, que hoje é muito engessada, é muito burocrática no Município de Porto Alegre, então, nós vamos buscar no mercado. Com isso, reduzir despesas, colocar cerca de 150 servidores que hoje ficam dedicados a controlar o estágio no Município para outras atividades. Vai ser muito menos oneroso para nós.

Também na gestão de pessoas, nós temos aí o Programa de Residência Técnico Superior, que é um programa inovador, que contrata do mercado profissionais de várias áreas, com até cinco anos de formados, em contratos de até dois anos. Essa lei passou pela Câmara, então, para nós, está sendo muito legal implementar isso no Município.

Os concursos, apesar da pandemia, continuamos chamando, e temos vários concursos em andamento. Só para vocês terem uma ideia, na área da saúde, nós chamamos 179 profissionais. Nós não paramos de chamar profissionais da área da saúde, e continuamos chamando.

Abrimos o credenciamento consignados na Prefeitura. Então, vários bancos digitais e outros serviços serão oferecidos para os servidores.

Nós estamos publicando, nos próximos dias, um novo sistema de banco de horas no Município, para evitar o acúmulo de 500, 600, 700 horas do banco de horas. Então, teremos um limitador para isso e poder regular melhor essa gestão.

Por último, mas não menos importante, eu quero ressaltar o diálogo que temos mantido com servidores diretamente, com os sindicatos, com as associações. O prefeito Sebastião Melo, preocupado com isso, montou uma comissão, não de negociação, uma comissão de conversa liderado por nós, PGM, o secretário de relações institucionais, Cassio Trogildo, também participa. Já fizemos várias reuniões com sindicatos, claro que temos o limitador legal da Lei nº 173 para poder avançar na questão da reposição neste ano, mas estamos estudando, sim, e conversando com todos os sindicatos e todas as associações para chegar num bom termo. Então, Presidente Idenir Cecchim, nosso líder, eu fiz um resumo do que a gente, nesses últimos dez meses, conseguiu tocar. Eu quero agradecer muito o seu apoio, o apoio da Ver.^a Nádia e de todos os vereadores, independente se apoiam ou não o governo, mas têm sido muito parceiros nessas causas. E agradecer, principalmente, aos nossos 320 funcionários da Secretaria de Administração e Patrimônio, aos nossos diretores, ao nosso secretário adjunto, sem eles não conseguimos fazer nada e também sem a parceria dos secretários e do nosso prefeito e vice-prefeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Convidamos o secretário André Barbosa a fazer parte da Mesa.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos assiste, nas galerias principalmente, os agentes comunitários, demais cidadãos e cidadãs, quem assiste pelas redes, meu cumprimento ao secretário André pela presença e aos demais membros aqui da Casa. Eu venho para cá preocupadíssimo, que bom que o secretário André está aqui hoje e que bom que os servidores demitidos da Prefeitura estão aqui, da administração direta. Agentes comunitários de saúde, muitas vezes, secretário, a gente não sabe o que é um posto de saúde, só quem usa sabe. Quem usa sabe que hoje os agentes estão fazendo até triagem de covid. Pode levantar o dedo aí quem está fazendo triagem de covid no posto. Agente comunitário fazendo triagem de covid, olhem o papel social que eles estão cumprindo! E qual a decisão da Prefeitura com eles? Demissão! Tchou, tchau! Rua da amargura! Peguem o seu chapéu e saiam! Como se fossem descartáveis. Não, eles não são números. Ah, queremos falar de números, pois vamos aos números. A Prefeitura de Porto Alegre, hoje, precisaria contratar mil e quinhentos agentes para dar conta de uma Estratégia de Saúde da Família real, que a legislação diz que a cada 700 moradores, um agente comunitário, para trabalhar o quê? Prevenção. É lá na porta de entrada do SUS, vereadores e vereadoras, que a gente pode

economizar recursos. Eu não quero que o povo pague leitos, eu não quero que o povo pague mais hospitais, mais internações, mais cirurgias, para isso, tenho que investir na Atenção Primária, para isso, não posso demitir agentes comunitários, mais do que isso, tenho que contratar mais, tenho que ter mais técnicos, mais médicos, mais enfermeiros lá no posto, com um processo educativo com a população, não posso achar que mais diabéticos na cidade é uma boa coisa. Sabe como a gente combate a diabetes de verdade na cidade? Não é com remédio, é com agentes comunitários andando de porta em porta e, na pandemia, eles foram proibidos de andar de porta em porta. Agora o governo, de forma mentirosa, usa dados dizendo que não trabalham, eles foram proibidos de irem nas casas, proibidos de irem nas residências fazer um trabalho de prevenção, e agora o governo usa isso contra os servidores para justificar o injustificável. Uma Prefeitura que abriu mão... Queridos servidores públicos, vocês fizeram concurso, estão aqui, não pediram favor para ninguém, seleção pública. Parabéns por terem sido selecionados pelo povo e servir ao povo. Parabéns! Vocês não sabem ou talvez saibam, aqui o prefeito aprovou um projeto que abriu mão de três bilhões de reais de receita. Sabem quem vai pagar essa receita que não vai entrar? As demissões deles. O prefeito tem que demitir servidores porque o dinheiro é só um; de um lado, ele devolve para os mais poderosos, sonegadores, de outro lado, Ver. Oliboni, ele tem que tirar de alguém. Vai ter menos saúde na capital, menos prevenção, talvez alguns de nós não estarão aqui para ver, mas a maioria estará, 99% verá que a saúde vai piorar. Nós temos que conhecer saúde. Por isso tem que nomear, aí quero fazer um apelo, Secretário André, nós precisamos nomear mais enfermeiros no HPS, mais médicos, mais técnicos, o básico são os técnicos. Hoje digo que o HPS nomeou bastante enfermeiros, estão faltando técnicos, enfermeiro é o chefe. E, no postão da Cruzeiro, a coisa está mais difícil, tivemos uma reunião com o secretário de saúde, se mostrou sensível, mas disse que está esbarrando lá no Centro. Então queria pedir que vocês pudessem abrir um diálogo com o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e resolver isso logo, antes do final do ano, porque a gente sabe que a saúde não pode esperar. Ver. Robaina, sempre muito atento também à saúde, sabe disso, é um problema crônico. O governo anterior fechou postos de saúde. A pior zona da cidade é a Cruzeiro. Só para dizer dois postos que hoje fazem muita falta: na Orfanatórfio, lá em cima, cadeirante, idoso e gestante têm que descer ou têm que pagar ônibus, Robaina, que está caríssimo, não conseguem ser atendidos; e a Vila Tronco, o posto da Vila Tronco atendia muita gente. Temos que melhorar isso e, para isso, tem que nomear servidores. Para não dizer: "Ah! O Ver. Jonas trabalha o quanto pior melhor". Não, o prefeito reabriu o posto da Pitinga. Para isso, dou os parabéns, botou servidor lá. Eu parabeno também, agora tem que resolver os outros sete postos que o governo anterior fechou. Não dá. Então, secretário André, obrigado pela presença, trago aqui essas questões para o senhor poder dizer para nós o que vai fazer pela saúde, se vai estancar essa sangria da demissão dos agentes ou não? Inclusive, amanhã, eles estarão fazendo uma manifestação para tentar o diálogo com o governo no sentido de melhorar a Atenção Primária. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; secretário; colegas vereadores e vereadoras; agentes comunitários de saúde. É um momento triste que nós passamos, mais uma vez, este ano na nossa Câmara Municipal. Secretário de Administração que tem uma relação justamente intrínseca a esta pauta e que está aqui democraticamente para ouvir as demandas, muito importante, parabênzo a iniciativa, mas nós não podemos nos esquecer que temos centenas de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente trabalhadoras da área da saúde que estão indo para a rua, que estão sendo demitidas por uma vontade política, eminentemente, uma vontade política. Nós sabemos que existe um debate jurídico acontecendo, mas nós sabemos também que, se existisse uma vontade política real, essa situação teria sido resolvida. Talvez muitos de nós, nesta Casa ou até mesmo no Executivo, dentro do campo político, representativo, muitas vezes, nos afastamos da rua, nos afastamos do dia a dia, nos afastamos dos profissionais que são regidos pelas leis que são votadas nesta Casa, pelo decretos do Município, da Prefeitura, e simplesmente olhamos números friamente, fazemos cálculos ou fazemos debates jurídicos frios, mas que se descolam do que está acontecendo no mundo real, nas ruas, nos postos de saúde, nos hospitais do nosso Município. Temos diversos concursados que simplesmente não estão sendo chamados, temos concursados que estão sendo exonerados enquanto a nossa população padece nos postos de saúde, nos hospitais em todos os ambientes em que é necessário o trabalho dos profissionais da saúde, os agentes comunitários de saúde, os enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos. Já foi falada aqui a situação dramática do postão da Cruzeiro, há poucos dias, uma servidora teve um enfarte, houve suicídios, e nós, me impressiona muitas vezes, nos focamos em números, em debates no velho e bom juridiquês, enquanto temos mães, temos pais que estão sem emprego, que estudaram, que dedicaram a sua vida a fazer um concurso e colocar a sua vocação em prática, e a sua vocação é atender o próximo, melhorar a sua própria cidade, a sua sociedade de uma forma nobre, de uma forma digna e, da noite para o dia, através de um debate político, de um debate jurídico, aquilo que lhe parecia uma garantia de vida, uma garantia de dignidade, uma garantia para a sua família, uma garantia para a nossa sociedade, é colocado no lixo.

Essas pessoas são colocadas num turbilhão de estresse, num turbilhão de incertezas, isso afeta o interior dessas famílias, isso afeta o cotidiano do trabalho, isso afeta a todos e a todas da nossa cidade. Por isso deixamos aqui a nossa solidariedade, estaremos sempre juntos nessa luta, e eu espero que a Prefeitura, através do secretário, através do prefeito Sebastião Melo, tente de todas as formas ter essa sensibilidade e não permita que isso siga acontecendo, essa tristeza que nós estamos vendo na nossa capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Paulo Schuster está com a palavra.

VEREADOR PAULO SHUSTER (SD): Obrigado, Presidente, obrigado aos colegas, queria parabenizar o nosso secretário Barbosa pelo excelente trabalho, e ele pode contar conosco, nós estamos aí para ajudar a construir Porto Alegre, e que tudo possa se encaixar cada vez melhor. Parabéns. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente; cumprimento o secretário. O que me chamou a atenção é algo que existe desde estatais, poder público, municípios, que é o inventário dos bens. Como isso foi deixado de lado ao longo dos anos? Formam-se grupos, nunca se teve uma conclusão que possa ter dado uma segurança de todos os bens, porque, afinal, se não cuidarmos do patrimônio municipal, estadual e federal, é um desleixo total. Quero parabenizar por esse item que é tão importante e que sabemos que não vai ser no dia de hoje que vai se conseguir relacionar e ter todos esses bens que, muitas vezes, têm ações envolvidas, mas é um passo muito importante. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Ver. Cecchim; boa tarde, secretário, boa tarde colegas, eu venho utilizar a tribuna para falar do projeto que vai entrar logo mais na reunião conjunta das comissões, o PLCE nº 029/21. Porque hoje nós recebemos aqui trabalhadores e trabalhadoras da cidade, do saudoso IMESF, o instituto que nos colocou numa condição de intimidade com a saúde. Eu sou uma guria oriunda da periferia da cidade e sei o quanto é importante o atendimento no posto de saúde. Sei também que os trabalhadores e as trabalhadoras, os agentes comunitários, os agentes de endemias não são só trabalhadores de jornada de trabalho, eles são nossos parceiros da luta da comunidade, são nossos vizinhos moradores dos nossos bairros e são também pessoas que acabam fazendo aquela relação que faz com que aqueles e aquelas que não têm condições de chegar ao posto de saúde não fiquem sem o atendimento básico à saúde. Eu venho cumprimentar aqui os trabalhadores e as trabalhadoras e digo que vocês são essenciais para o bom atendimento da saúde na cidade. Por isso, meus colegas vereadores, nós recebemos aqui com bons olhos esse PL que reinsere no quadro municipal os trabalhadores com o

emprego em extinção. Porque nós entendemos que é um avanço, mas isso não pode ser para uma parcela dos trabalhadores e das trabalhadoras que garantem esse atendimento, Ver. Cecchim. Nós temos hoje, na proposta do governo, a reincorporação de 351 trabalhadores de agentes comunitários e 81 de agentes de combate a endemias. Só que nós precisamos de 530 dentro desse projeto, para que o projeto contemple a categoria como um todo. Mas mais que a categoria, nós precisamos de um projeto que contemple as comunidades. Quem ganha com essa reinserção, com a ampliação, Ver. Oliboni, são as nossas comunidades. É o atendimento da Atenção Básica lá na comunidade que vem vivendo dias muito duros desde a pandemia. Nós sabemos que uma série de postos de saúde foram aglutinados, nós sabemos que aquelas filas que aconteciam antigamente voltaram a acontecer, e nós sabemos que esses profissionais ajudam a cidade a se recuperar desse processo pandêmico e ajudam a cidade a garantir qualidade de saúde para o cidadão e para a cidadã. Então eu venho aqui manifestar a nossa opinião, venho aqui trazer a opinião da bancada do PCdoB para que o governo se sensibilize. Já é uma sinalização positiva, e isso nós precisamos reconhecer, mas nós precisamos que a categoria, como um todo, seja contemplada. É inadmissível que haja uma diferenciação de quem vai ter o direito e de quem vai ter o direito negado. É inadmissível que isso aconteça, inclusive isso pode abrir margem para a judicialização. Nós queremos que o Executivo tome uma decisão consciente e que dê conta de garantir a saúde à cidade, mas nós precisamos que este projeto contemple essa outra parcela que ficou fora, porque, logo mais, se nós formos analisar a conjuntura e a situação atual que a cidade vive, nós teremos que ampliar essa categoria logo em seguida. Ou como nós vamos enfrentar o momento de pós-pandemia? É preciso pensar, é preciso se precaver para que os problemas não acabem com a saúde da cidade, quando nos atingem. A gente já vive dias difíceis. Então, nós acreditamos que o governo pode sinalizar positivamente, ampliar, porque não é uma ampliação que trate de absurdos. Nós não estamos falando da categoria como um todo, nós não estamos falando de trazer o IMESF de volta, inclusive fizemos uma emenda ao PPA que garantia orçamento para que o IMESF pudesse voltar a atuar na cidade. Nós sabemos o impacto que a saída do IMESF teve na nossa comunidade. Então, eu quero aqui declarar o nosso apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras, o total apoio da bancada do PCdoB. E eu acredito que o governo, a partir dessa construção, enquanto o projeto não é aprovado, a gente tem margem para discutir. Está aqui o secretário Cassio, nós já iniciamos um projeto de discussão, falei que vamos procurar o prefeito. Acho inclusive importante que a categoria procure o prefeito, essa é uma sinalização importante, para que a gente possa construir uma saída positiva para todos e todas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente. Quero aproveitar aqui o período para falar da nossa convocação, quero saudar o nosso secretário André Barbosa, que vem fazendo um grande trabalho à frente da secretaria. Eu sou testemunha do empenho e da dedicação tanto sua como do nosso secretário adjunto, o Bebeto, e toda a sua equipe. Posso dizer que nesses dez meses vocês já estão deixando legados para a cidade, como é o exemplo do Museu do Hip-hop, o primeiro museu da América Latina, construção que se deu em parceria com a secretaria, com o secretário, é algo que se torna realidade para a nossa cidade, para os nossos jovens. Mas também quero ressaltar aqui, secretário, esse papel que vocês vêm fazendo do levantamento do patrimônio público da nossa cidade, que é muito importante; por muito tempo, a gente até pensava que só o pobre se apropriava de terrenos públicos. Esse levantamento que toda a equipe técnica vem fazendo – a gente vem dizendo há anos que não é só pobre da periferia que ocupa espaços públicos, mas têm empresas, corporações que tomaram de assalto o patrimônio público – está trazendo isso à tona, como é o caso dos postos de combustíveis, e de tantos outros que já surgiram e que ainda vão surgir. Então, quero parabenizar por essa atitude, por essa coragem e também por estar colocando à disposição e à venda, terrenos que não são do interesse do Município. Já tiveram os primeiros contratos assinados desses terrenos que vão fazer diferença nos cofres públicos do Município. Então, parabéns, secretário, bem como a toda sua equipe pelo trabalho. Eu tenho certeza de que, ao longo desses quatro anos, vocês vão entregar muito resultado para que nossa cidade. Contem conosco e, mais uma vez, parabéns ao senhor e a toda a sua equipe. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, secretário André, satisfação em te receber – temos uma amizade já há algum tempo; sei que tu tens buscado realizar um trabalho disciplinado e sério como secretário. Presidente Cecchim e secretário André, nós temos uma situação, vereadores e vereadoras, que é muito grave, não é à toa, e já falaram aqui os vereadores Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues e Leonel Radde sobre a situação da saúde. Vejam só a gravidade da situação: nós temos um debate que vem do governo anterior. O prefeito Melo, quando assumiu, se comprometeu a realizar um trabalho, junto a uma comissão de servidores. Esse trabalho foi realizado; a comissão de servidores comprovou que o melhor para o Município, para a saúde, para as finanças de Porto Alegre, era a manutenção do IMESF e não a continuidade do plano de terceirização. Infelizmente o prefeito Melo, na verdade, acabou seguindo à risca a política do prefeito Marchezan. Vale lembrar que o prefeito Marchezan, em parte, foi derrotado nas eleições por conta da política que ele desenvolveu na saúde, que foi um fiasco tão grande, que a população fez com que ele tivesse uma derrota eleitoral até o ponto que não foi nem para o

segundo turno, e o prefeito Melo resolveu, na saúde, seguir a mesma política; no entanto, a justiça tem dado ganho de causa: as pessoas que entraram individualmente, que foram demitidas pelo Sebastião Melo no primeiro mês de governo, uma parte já está sendo readmitida. Qual é a tragédia que nós temos agora? É que o governo Melo está com um projeto de lei que não contempla as reivindicações da categoria, não incorpora o conjunto dos agentes, que não é somente uma reivindicação a categoria, mas uma necessidade da saúde da cidade porque, se nós não temos esses agentes, perdemos inclusive recursos federais. É inacreditável! Além do mais, o governo não explicou porque que ele prefere perder recursos federais e fazer com que a nossa saúde seja sucateada. Não faz nenhum sentido, mas é a política do governo – uma política de incorporar apenas uma parte dos servidores, dos agentes. Ver. Aldacir Oliboni, ele já começou a demitir os agentes, aqui têm agentes aqui demitidos; dois anos combatendo a pandemia, Ver.^a Lourdes Sprenger, todo mundo: “ A saúde é prioritária, temos que defender a saúde; temos que respeitar a saúde.” Pois tem gente que trabalha na saúde há anos e que foi demitida, Ver.^a Lourdes Sprenger, pelo prefeito que a senhora está apoiando. Então, eu peço que todos os vereadores que apoiam o governo façam esse apelo. Ver.^a Cláudia Araújo, que sempre esteve envolvida na questão do IMESF, é a hora de se parar essas demissões, porque o projeto de lei que o governo quer propor, que o governo está defendendo nesta Casa, trata de legitimar essas demissões. E até agora, na justiça, o governo vem perdendo; as pessoas, que foram demitidas lá atrás, foram readmitidas. Agora essas pessoas que foram demitidas nesta semana vão ter de entrar na justiça, individualmente. Eu tenho certeza de que vão ganhar também. O Melo quer fazer com que esse projeto seja votado para tentar legalizar essas demissões que ele pretende impor na saúde de Porto Alegre, por isso que o Ver. Aldacir Oliboni está correto quando apelou que não se tenha aqui uma votação atabalhoada, uma votação rápida – não faz sentido nenhum colocar agora para votar na reunião conjunta das comissões, a não ser realmente o que estou dizendo seja certo e o que o governo Melo quer seja garantir a legalidade para demitir agentes de saúde. Essa é a única lógica que explica a pressa em ter esse projeto. Nós vamos insistir para que o IMESF deva ser mantido, que esses trabalhadores sejam incorporados; vamos insistir na defesa da saúde pública e dos trabalhadores. Faz mais de dois anos, André. Eu acho que até como secretário – tu és um secretário sensível – nas tuas relações com o governo Melo, tens de ganhar mais corpo, mais força para, com a tua sensibilidade, fazer com que o governo escute os trabalhadores da saúde. É isso que eu gostaria de apelar ao secretário, que o secretário entre nessa luta e nos ajude a defender a saúde de Porto Alegre que infelizmente está sendo ameaçada. Muito obrigado, Presidente Cecchim, secretário André, e uma saudação a todos os trabalhadores e trabalhadoras. Amanhã, às 8h, estaremos juntos no ato em defesa do SUS, da saúde e do IMESF.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, secretário, muito tempo de Câmara, meu quarto mandato me dá algumas vantagens: eu conheço todos os vereadores aqui. Eu não senti firmeza nas falas dos meus colegas, queridos colegas de oposição, porque todos eles gostam, admiram e, no fundo, no fundo, apoiam o trabalho do Melo. Não adianta, não saí convencida; por isso eu subi à tribuna, Presidente. Eu conheço o Ver. Roberto Robaina, conheço todos aqui – o Ruas nem vai falar. Quero dizer para os senhores e senhoras que há 10 meses, quando o terror batia no planeta, e nós não sabíamos o tamanho da tragédia, da catástrofe que vinha, quando nós precisávamos da vacina. Vejam bem, não sou eu que digo, eu sou jornalista, eu tenho tudo marcado aqui. Vejam bem, há 10 meses: “Sebastião Melo promete trazer vacina a Porto Alegre, mesmo se o governo federal não der sinais”. Ora, senhores, Porto Alegre é a capital com maior número de vacinas. Nós não estaríamos aqui debatendo, reclamando, questionando, se o prefeito Melo e o secretário da Saúde não tivessem priorizado aquilo que é o nosso bem maior, que é a saúde. Vou para outra área, para não ficar só na saúde, o que já é o bastante. Eu participei de um grande evento, secretário Andre – depois vou chegar na sua área – e fiquei muito impressionada: Prefeitura faz maior entrega de matrículas de moradias do ano; 20 anos, e os senhores e senhoras que estão na plateia sabem que essas pessoas não tinham o certificado de moradia? Não tinham! Foi o prefeito Melo e seu secretariado, seu jurídico, seu procurador-geral que possibilitaram que, na manhã do sábado de 23 de outubro, fossem entregues as matrículas de moradia no Jardim Protásio Alves, na região nordeste da cidade, na qual 320 famílias receberam seus títulos. Pasmem, o Melo é tão sensível à situação das famílias necessitadas que os proprietários foram as mulheres. A mulher que é o arrimo da família, que é a chefe de família, que precisa daquele teto para criar o seu filho, que trabalha fora e trabalha dentro de casa. Ação do governo Melo! Mudança nas isenções das tarifas de ônibus; não paro mais de ler tentativas do Sebastião Melo e do seu secretariado de fazer com que os usuários do transporte público, os mais necessitados, não aqueles de família rica, classe média alta, as pessoas que necessitam, tenham condições de utilizar o transporte público. Sou Melo! Este é o prefeito que eu digo que é um zelador. Porto Alegre é referência nacional para a implementação de tecnologia 5G. Os senhores e as senhoras sabiam disso? Pois aconteceu. Agora, vou para a área do nosso secretário. Estava aqui, eu cá com os meus botões: já fui secretária de Estado, no governo Yeda, sei muito bem o que é o executivo, não quero mais ser, porque eu cheguei à conclusão de que o meu tempo nunca é o do governo, não que o governo queira isso, mas é pela burocracia, pelas limitações. Mas este governo está conseguindo algo inédito: colocou, na ponta, grandes gestores que têm uma visão política, que sabem da realidade, pois não adianta fazer projeto de gaveta, aquele projeto que a gente acha que é maravilhoso, mas que não bate lá na vila, na periferia, na parada de ônibus. Eu estava olhando, André, o teu trabalho. Gestão por competências, meritocracia: lá atrás, quando eu fui secretária de Estado, a governadora Yeda já tinha este projeto e não conseguia implementar. Teletrabalho: nada mais correto do que se colocar isso, mesmo que falem mal, pois existem áreas que não precisam ter uma pessoa gastando luz, usando passagem. Enfim, parabéns. Modernização de normas de pessoal: urge isso.

Capacitação de servidores: existem áreas que não têm mais necessidade, então, tem de capacitar, as pessoas precisam.... Por favor, Presidente, diga-me quando o meu tempo estourar.... Já estourou! Como boa filha de militar, eu não posso ultrapassar. Eu vim aqui, nesta tribuna, para dizer que o André Barbosa é secretário, e eu rendo elogios, tiro o chapéu, bato a minha continência, porque tu trabalhas muito, trabalhas focado na necessidade do povo, do cidadão porto-alegrense. Parabéns ao prefeito Melo, parabéns a esse governo, e nós tivemos, o meu partido teve candidato. Então, quero dizer que é sincero. Querido Robaina, ajudei a tua fala, porque não senti firmeza. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Vereadora. O minuto a mais que eu lhe dei foi para igualar ao tempo do Robaina. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente da Casa, Ver. Idenir Cecchim, os colegas vereadores e vereadoras e os profissionais da área da saúde que estão aqui. Deixo nossa saudação especial aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate à Endemias, aos estudantes que estão aqui, buscando articulação para emendas ao projeto das isenções, sejam bem-vindos. Vereadora Mônica Leal, quem diria, a senhora, como vereadora da Casa, pertencente à base do governo, tem por obrigação defender o prefeito municipal Sebastiao Melo, coerência. Nós da oposição, PCdoB, PSOL e o PT, temos uma enorme restrição à agenda capitalista, neoliberal que o prefeito Melo assumiu, como uma continuidade do governo Marchezan. Olhe o que aconteceu na saúde: terceirizaram a Atenção Básica, entregaram-na para o privado. O que aconteceu com isso, Ver. Jonas? Quantos mil servidores demitiram, entre os trabalhadores da saúde e os cobradores? Privatizaram a Carris, fizeram a reforma da Previdência; olhem o tratamento que o atual governo, André – e o senhor está no centro do governo – para com os trabalhadores e com os funcionários públicos, são seis anos sem reajuste. Sabe o que está acontecendo? Não tem mais profissionais da saúde, médicos, enfermeiros que queiram trabalhar, porque o salário ficou desse tamanho. Aí a gente vê aqui uma colega vereadora, com todo o respeito que tenho pela Ver. Mônica, falar que o prefeito é um zelador da cidade. Eu diria que o prefeito assumiu uma agenda capitalista, e, na verdade, precarizou o que é mais sagrado: o atendimento à população na saúde, na educação, na assistência. O governo não tem nenhuma marca. Qual é a marca do prefeito Sebastião Melo? É a orla do Guaíba? Não, iniciou no outro governo. Qual é a marca do governo Sebastião Melo? É o Orçamento Participativo que defendeu no OP? Não, destinou, na lei orçamentária, R\$ 10 milhões de reais; precisava de R\$ 300 milhões no mínimo, no mínimo! E, Ver. Cecchim, V. Exa. conhece por dentro o governo, porque o senhor é o líder, e os trabalhadores da Saúde, aqui, fizeram um apelo, e os senhores levaram como chacota. É lamentável isso! Os senhores admitem que o IMESF foi extinto, e, como disse aqui o Ver. Robaina, não foi. Existe um recurso no Supremo Tribuna Federal, *amicus curiae*,

que ainda não foi julgado; por isso, o IMESF existe. Tanto é verdade, nobre líder, presidindo os trabalhos, e André, Secretário Municipal de Administração e Patrimônio, 15 servidores do antigo IMESF, que vocês dizem que não existe, já foram reintegrados! Aí, vocês vêm dizer que não existe? Vocês estão por fora! Antes aqui até havia alguns militantes da base do governo, no governo anterior, que eram médicos, como era o Ver. Dr. Goulart, anteriormente tinha o Ver. Dr. Thiago, mas o governo não tem nenhum vereador aqui, colegas profissionais da saúde, para poder falar sobre saúde! Quando nós falamos aqui, é como falar para gregos, eles não entendem o que acontece por dentro da saúde. E o servidor está lá tendo uma parada cardíaca, como aconteceu nesse final de semana lá no Postão da Cruzeiro! Sabem quantos profissionais da saúde faltam lá? Faltam 70 profissionais! Setenta profissionais! Faltam 30 médicos, 35 técnicos de enfermagem, 10 enfermeiros, e o governo de braços cruzados, esperando um parecer da PGM para chamar os concursados. Foi aprovada nesta Casa a prorrogação da validade dos concursos para poderem chamar, e o governo não fala entre si. Porque a própria Secretaria da Saúde, secretário André, está esperando um parecer da PGM! Vocês estão avaliando a Casa como o quê? A Casa tem autonomia. O que a Casa vota é lei, meu amigo! O senhor tem que olhar isso, o senhor é secretário de administração! Mas a PGM sentou em cima, como sentam muitos vereadores aqui, pedindo vista, pedindo diligências em relação a projetos da Casa. É lamentável isso. Nós vamos insistir diuturnamente aqui na defesa do serviço público, na defesa da valorização dos trabalhadores e do atendimento à população, que está muito precarizado. Vocês querem é precarizar cada vez mais. Vocês, logo ali na frente, colegas vereadores, vão entender quando esses cidadãos vão perder o emprego e será mais um na fila do desemprego. E qual foi o projeto que o governo Melo apresentou para criar mais empregos na cidade? Qual foi o concurso público que o governo ampliou ou fez? Vocês estão deslocados com a realidade da cidade! Vocês só querem lutar por Centro Histórico, pela orla do Guaíba e esqueceram a periferia da cidade. Por isso, André, o nosso apelo, como secretário da administração que tu és, leva para dentro do governo essa discussão. Não adianta dizer que dialoga com a cidade, com os segmentos, mas não aceita nada dela, não aceita nem mesmo dos vereadores, não aceita nem mesmo do sindicato dos trabalhadores. Fica aqui a nossa repugnância a essa atitude capitalista, irresponsável e que continua precarizando a vida do cidadão, do funcionário público e também precarizando a saúde do cidadão, porque até então não apresentou um projeto estratégico para combater a covid-19 e nem mesmo luta para poder ter o passaporte vacinal como uma questão óbvia e lógica para entrar em qualquer atividade pública, e agora nem mesmo nenhum projeto pós-pandemia. Ficam aqui a nossa repugnância e indignação, enquanto bancada do PT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, querido Ver. Idenir Cecchim, líder do governo Sebastião Melo, colegas vereadores, público que nos assiste, primeiro, eu quero parabenizar o nosso secretário André Barbosa e toda sua equipe, o secretário-adjunto Bebeto, toda a equipe que veio aqui fazer uma belíssima explanação. Mas já que o assunto é IMESF e já que papel e microfone aceitam tudo, não podemos esquecer a nossa memória. Na criação do IMESF, caro Ver. Oliboni, o senhor voltou contra! O PT votou contra a criação do IMESF! Fui procurar, está escrito! Que engraçado é que no decorrer do tempo a coisa mudou. Tem coisas que ninguém fala aqui para os trabalhadores da saúde: primeiro, que o PT votou contra, não queria IMESF; segundo, que o IMESF terminou exatamente por uma ação direta, está aqui comigo, aberta pela Associação Brasileira em Defesa dos Usuários do Sistema de Saúde, que eu vou me dar ao trabalho de ler quem representa essa associação. (Lê.): "Central Única dos Trabalhadores - CUT; Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS; Associação dos Servidores da Secretaria Municipal da Saúde; Associação dos Servidores do Grupo hospitalar Conceição; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; [veja só, Ver. Idenir] Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários; Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul; Federação dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas; [preste atenção, Ver. Jonas] Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde; Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Farmacêuticos; Sindicato dos Municípios de Porto alegre - Simpa!" Opa, o Simpa abriu essa ação de inconstitucionalidade, dizendo o quê? Dizendo exatamente o que eu vou ler para vocês. (Lê.): "Os proponentes [os quais eu li agora] sustentam esse pedido e afirmam que a lei municipal do IMESF versando sobre a criação da fundação pública com personalidade jurídica de direito privado voltada à gestão e à execução de serviços de atenção básica à saúde familiar não pode ser acolhida, visto que afronta a disposições constitucionais." E julgaram todos os desembargadores dizendo "sim, é procedente". Parabéns à CUT, parabéns ao Simpa, parabéns ao PT, ao PCdoB e ao PSOL, que conseguiram, com essa ação, terminar com o IMESF! Que bonito! A memória não pode ser esquecida. Aqui está o acórdão. E eu acho engraçado virem aqui os vereadores de oposição fazer uma fala a favor do IMESF, sendo que foram eles mesmos que destruíram o IMESF, cuja criação foi aprovada aqui pelo Ver. Mauro, em 2011, que foi aprovada por vários vereadores que estavam aqui, o Ver. Cassiá deveria estar aqui, a Ver.^a Mônica talvez, e que foi aprovada pelos vereadores que queriam realmente a saúde da família; mas o PT votou contra. Depois procurem os nomes. Além disso, esse acórdão não tem como ser mais distensionado e deve, a Prefeitura Municipal, seguir o regramento dos desembargadores. Ou seja, o Instituto Municipal, o IMESF, teve que ser extinto devido a esse acórdão relativo à ação que foi aberta por esses sindicatos. Ou seja, não existe mais o IMESF, não poderia mais o prefeito estar incorrendo em ilegalidade, e tivemos – ainda bem! – algumas entidades que assumiram esse serviço. Inclusive, se não estou mal recordada, com a admissão de muitos dos funcionários da IMESF que aceitaram ser admitidos por essas entidades, temporariamente. Por exemplo, a Associação Vila Nova, o Instituto de Cardiologia, a Santa Casa, a Sociedade

Divina Providência, enfim. Só gostaria de vir aqui restabelecer a verdade. Mentir para o povo é muito feio; está aqui tudo escrito, para quem tiver dúvida, depois vou fazer uma cópia para o pessoal da oposição. E dizer, secretário André, continue fazendo o seu trabalho, esse excelente trabalho que vocês estão fazendo, porque quando "a caravana passa, os cachorros ficam latindo lá fora". E nós precisamos de pressa, porque Porto Alegre ficou parada por muito tempo, sim, por conta da pandemia. Mas pelo pessoal do "fique em casa", que gostava de ficar em casa com escola fechada, sem trabalho para quem mais precisava, e agora Porto Alegre tem pressa, graças a Deus que Sebastião Melo e Ricardo Gomes, no governo, e aqui nesta Casa têm vereadores de coragem, que sobem a esta tribuna e não deixam a mentira sair de dentro desta Casa. Parabéns aos vereadores da base, os independentes, que entendem a importância de ter, no governo do Estado, secretários como o senhor, secretário André, que têm coragem, ousadia de fazer menos mimimi e mais trabalho, gente, bora lá.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Robaina está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cecchim, vou ter 10 minutos, como a Nádia teve? Mas não precisa. Eu queria, em primeiro lugar, dizer o seguinte: a Ver.^a Nádia, para sair dos debates reais, para deixar de resolver os problemas concretos, fica fazendo uma discussão de 2011. Eu não sei, a Ver.^a Nádia não está mais no plenário, se em 2011 era o tempo em que a Ver.^a Nádia era nomeada pelo PT para exercer funções de cargo de confiança na Polícia Militar, quando o PT a nomeava, não sei se é esse o período, que ela está falando. Evidentemente, que a vida muda, a vida muda. Os trabalhadores do IMESF já sabem muito bem dessa história. O governo não vai conseguir mais abafar a sua política irresponsável para a Saúde, tratando de discutir uma votação de 2011, quando, sim, a oposição, naquela oportunidade, queria, sim, um regime estatal; e não um regime que pudesse depois ter algum nível de instabilidade. Felizmente... Sim, a Nádia nomeada pelo PT, cumpriu esse papel, Ver. Pedro Ruas; agora ela não quer falar desse passado, ela só quer falar do passado quando é para esconder a irresponsabilidade deles no presente, porque é disso que se trata. Mas eu queria deixar claro esse tema da Saúde, sobretudo, pelo seguinte, Ver.^a Mônica: o problema concreto agora... Demonstrou-se, pela vida, felizmente, que o IMESF foi uma instituição útil, e nós somos os primeiros a admitir. Eu não era vereador na época; a Comandante Nádia me colocou como vereador naquela oportunidade, e o PSOL não assinou nenhuma ação contra o IMESF; ao contrário, o PSOL está no Supremo Tribunal Federal exigindo a manutenção do IMESF. É isso que nós estamos fazendo hoje, ao contrário da Ver.^a Nádia que quer liquidar o IMESF, que quer defender a terceirização da Saúde, que quer fazer a privatização da Saúde. A privatização da Saúde, que tem produzido negócios escandalosos, corrupção generalizada na área da Saúde. Esse é o resultado da terceirização que a Ver.^a Nádia defende. A terceirização da

Saúde quer dizer corrupção na Saúde; quer dizer redução da qualidade dos serviços e a demissão de servidores que foram concursados. E é isso que garantiu a qualidade do IMESF, o concurso público, e é esse concurso público, secretário André, que não está sendo respeitado, quando trabalhadores e trabalhadoras do IMESF são demitidos. É esse concurso público que não está sendo respeitado, e é isso que as pessoas reivindicam, que as pessoas que fizeram concurso sejam respeitadas e não sejam demitidas. Ainda mais na área da Saúde. Aqui o Ver. Jonas reivindicou uma série de necessidades, há vários concursados que precisam ser chamados pela Prefeitura na área da Saúde. Não é possível que vocês demitam concursados que estão cumprindo o papel fundamental na ponta. Quando nós usamos a palavra... Eu entendo a Ver.^a Mônica, eu tenho muito boa relação com ela, que está entusiasmada com o Sebastião Melo, tudo bem, defende o governo, não defendia o governo do Marchezan. Eu, em algum momento, quero que a Ver.^a Mônica nos demonstre qual é a diferença de política que tem o prefeito Melo do prefeito Marchezan – eu não vejo nenhuma. O que eu vejo é que o prefeito Melo é mais competente para distribuir cargos de confiança, é mais competente para conseguir coesionar a Câmara de Vereadores, o prefeito Melo é mais competente, e o prefeito Marchezan tinha mais atritos na Câmara. Mas do ponto de vista da política para a Saúde – acho que o Ver. Mauro vai falar, que foi líder do governo Marchezan –, eu não vejo nenhuma diferença, se pode julgar que a nossa posição está errada, que é defesa de estatal, que não vê a necessidade de parceria público-privada, mas eu não vejo nenhuma diferença na política de Saúde do prefeito Marchezan e da política do Melo. E o resultado está aí, é a continuidade de uma política de desmonte da saúde pública, da Atenção Básica e de demissão de funcionários. Nós queremos evitar isso, nós ainda queremos um espaço de negociação, para que o governo perceba que não faz nenhum sentido demitir funcionários da Atenção Básica, quando, inclusive, o governo perde recursos do governo federal fazendo isso, porque o governo está perdendo recursos do governo federal. Nós estamos fazendo um debate sério aqui. Se há lideranças bolsonaristas, que fazem carreira política, lá atrás estavam do o PT, agora estão com a extrema-direita, que querem fazer um debate raso, tudo bem, é da natureza da Câmara dos Vereadores, onde temos que escutar a todos. Mas aqui o que nós queremos apelar ao governo, aos vereadores que são da base do governo, mas que têm alguma preocupação com a Saúde, é que nos ajudem a garantir que esses empregos sejam mantidos, que essas pessoas sejam readmitidas. Nós vamos fazer a nossa parte. A nossa parte é impulsionar a mobilização. Amanhã, às 8h, vai ter uma mobilização; e amanhã, às 10h, tem uma negociação no Tribunal. E o Tribunal tem dado ganho de causa para muitos trabalhadores. A Justiça tem readmitido, porque é ilegal a demissão, porque as pessoas foram concursadas, porque a terceirização não pode predominar na Atenção Básica. Já houve, inclusive, decisões do Ministério Público, mostrando que a Atenção Básica não pode ser privatizada. E é isso que, infelizmente, o governo Melo faz, ou fará, se extinguir definitivamente o IMESF. Ainda há tempo de não extingui-lo, ainda há tempo de manter os trabalhadores no seu serviço, e eu creio que é uma obrigação da Câmara de Vereadores defender essa necessidade, não ficar fazendo discussões de baixo nível ou discussões sobre um passado que já pertence ao passado, porque já não se trata

mais de 2011; nós, hoje, estamos defendendo que o IMESF se mantenha e queremos que aqueles vereadores ou aquelas bancadas que defenderam na criação do IMESF se mantenham nessa linha, porque não é inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal está julgando, neste momento, a constitucionalidade de IMESF, e nós acreditamos que a constitucionalidade será garantida. Secretário André, o senhor sabe disso, o IMESF não é inconstitucional, o IMESF se mantém, o senhor é secretário da Administração! Hoje o IMESF se mantém, seu CNPJ se mantém, e o Supremo está debatendo o assunto, razão pela qual não há nenhum motivo para a Prefeitura seguir com uma política de demissão e de liquidação de uma instituição que vocês mesmos avaliam que deu certo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Robaina, esta presidência tenta ser justa: lhe dei o tempo, somado com o um minuto de antes, ficaram 9min53seg.O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, vereadores e vereadoras, secretário de Administração André Barbosa, faço questão de salientar o “administração”, porque acho que os vereadores de oposição, por um motivo ou outro, ao invés de citar as coisas da administração, secretário, falaram muito aqui da saúde. Eu concordo que a saúde está muito bem em Porto Alegre, o secretário Mauro Sparta faz um excelente trabalho, mas como tem algum público da saúde – que são bem-vindos a esta Casa –, o discurso acabou fugindo da administração, até porque a administração está muito bem, obrigado, e a oposição não teria o que falar mal, secretário. Quero lhe dar os parabéns, de antemão. Fiz aqui uma relação, até para não esquecer, porque são muitas coisas que o senhor tem feito como secretário de Administração do prefeito Sebastião Melo, que demonstra que ele fez uma boa escolha para a Secretaria. Uma delas é o inventário do patrimônio imobiliário municipal, que está sendo realizado por Vossa Excelência. O senhor está conseguindo, o que é difícil: mapear o que o governo tem – os terrenos, os prédios – e dar uma boa utilização para esse patrimônio, que é público, porque o patrimônio da Prefeitura é de todos os porto-alegrenses. O senhor tem conseguido fazer isso, a gente tem acompanhado pela mídia, por vários veículos de informação os bons destinos que têm sido dados a esses imóveis. Posso citar aqui como exemplo – participei inclusive da assinatura, junto com outros vereadores, junto com o prefeito – o TPU do CTG Tiarayú, lá no Jardim Itú Sabará, que era uma reivindicação de uma entidade que tem quase 60 anos, que está no Itú Sabará, e esse espaço é muito bem utilizado pela comunidade. O senhor teve a sensibilidade de agilizar esse processo, foi assinado o Termo de Permissão de Uso – TPU para uma entidade que vai usar um espaço que é público e tenho certeza de que vai ser muito bem utilizado. Essa é uma demonstração de conhecer o que a cidade tem e fazer a boa destinação. Outro exemplo que podemos dar é do *hip-hop*. Também foi destinado um espaço para o *hip-hop*, também um espaço para a Polícia Federal. Mas também não é só isso, ceder os espaços,

secretário; o senhor também, junto com a sua administração – que estão aqui, alguns a gente conhece, fazem um belo trabalho para nossa Porto Alegre há bastante tempo –, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, junto com a Secretaria de Administração, está revendo a questão de postos de gasolina: são sete postos de gasolina que estão em cima de terrenos públicos. Desde 1971, aquele da Av. José Bonifácio com a Av. Osvaldo Aranha é utilizado de forma privada, e a Prefeitura, o cidadão, não tem nenhum retorno. A nossa Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Administração, está revendo os contratos, está ingressando na justiça para reaver esses imóveis ou receber um valor considerável para que seja bem utilizado pelo Município de Porto Alegre – a gente sabe que recurso sempre é importante.

Também a Secretaria de Administração, Presidente, participou ativamente de financiamentos, trazendo R\$ 152 milhões para Porto Alegre, para revitalização do Centro de Porto Alegre. Também sei que a Secretaria de Administração faz parte, junto com outros secretários, da construção do diálogo com o Mercado Público, o que fez com que caísse a inadimplência em 80%. Então se está buscando recursos para o Município, com a participação da Secretaria de Administração. Então vereador André Barbosa... Estou até dizendo vereador, quem sabe, pela boa gestão que está fazendo na Secretaria de Administração! Além disso, também está colocando terrenos que não são utilizados para vender, para buscar recursos para serem utilizados em outras áreas que o Município necessita. Com certeza foi por isso que os vereadores de oposição subiram nesta tribuna e fugiram do assunto: porque não tem como falar mal da boa administração que o secretário André Barbosa está fazendo, um excelente trabalho, e quem ganha somos todos nós, quem ganha é a cidade de Porto Alegre. Secretário meus parabéns pelo seu trabalho, continue fazendo esse belo trabalho frente à Secretaria, porque isso é bom para cidade. Já ia me esquecendo de uma coisa importantíssima: o prédio da Habitasul, onde vai ser instalado o centro administrativo de Porto Alegre. Essa sede do centro administrativo é uma troca por dívidas que essa empresa do ramo imobiliário tem com a cidade de Porto Alegre, com o Município, e o secretário, com muita habilidade, pegou esses valores – certamente junto com a nossa PGM –, está negociando; agora teremos um prédio novinho em folha. Quando fiquei sabendo, Ver. Idenir Cecchim, até perguntei: vai ter que reformar, gastar dinheiro para reformar? Mas não, está tudo reformado, tudo pronto, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre vai economizar muito em aluguéis utilizando esse prédio, que foi negociado por dívidas que essa empresa tem com o Município de Porto Alegre.

É isso que nós precisamos: de uma boa administração, de um secretário sério e competente, que está buscando recursos para a cidade de Porto Alegre, inovando, buscando inovação através do seu trabalho administrativo, causando muito bem para a cidade de Porto Alegre. Com certeza é por isso que a oposição veio aqui, não conseguiu atacar o secretário – como gosta de fazer, atacar todo mundo – e acabou indo para a Saúde, que também está bem. Falam, falam, falam, mas eu sei que, no fundo, no fundo, eles querem é o inchaço do Estado, que precisamos ter pessoas concursadas, sim, mas não o inchaço, nem tudo precisa ser concursado, nós não precisamos fazer concurso para botar o cara correndo atrás do caminhão do lixo, temos

coisas que nós podemos fazer a negociação com as empresas privadas, e tenho certeza que é isso que o Município vai fazer. Quando o Ver. Robaina me pergunta do prefeito Melo, do prefeito Marchezan, eu digo: graças a Deus que o prefeito Melo vem na mesma linha do prefeito Marchezan nessas atitudes administrativas de fazer uma cidade mais inovadora, com mais relação com o privado e com bastante recurso privado, para que as coisas públicas funcionem, e funcionem bem. Parabéns, secretário, contem com a Câmara de Vereadores, parabéns pelo seu excelente trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente, Ver. Cecchim, quero aqui parabenizar o secretário, meu amigo, André Barbosa e toda a sua equipe de Administração e Patrimônio, pelo belo trabalho que vêm executando. Um abraço e parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Quero registrar a presença do Ver. Rodrigo Flores, de Santo Ângelo, que está junto com o nosso Presidente; bem-vindo, vereador.

O secretário André Barbosa está com a palavra para as considerações finais.

SR. ANDRÉ BARBOSA: Presidente, agradeço, não vou fazer uso de todo esse tempo, até porque tem a sequência dos trabalhos, mas eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui e falar um pouquinho sobre as nossas ações, agradecer, mais uma vez a toda nossa equipe aqui de diretores, coordenadores, nosso adjunto, que está presente, não só prestigiando a nossa fala, mas prestigiando os trabalhos dos vereadores. Então, levamos aqui todas os elogios carinhosos, bem como as críticas e as sugestões. Com muita humildade, a nossa gestão é do diálogo, como diz o nosso prefeito, então, a gente dialoga e só não muda de ideia quem não tem ideia. Então, a gente está aqui para dialogar, vamos levar todas essas sugestões e críticas para dentro do governo; estamos abertos aos diálogos, sobre todos os assuntos na Prefeitura. Esse tem sido o nosso trabalho e vai continuar sendo nos próximos meses e próximos anos. Então, Presidente Cecchim, muito obrigado, em nome da Mesa Diretora da Câmara, pela oportunidade, e seguimos à disposição de todos os vereadores para sempre avançar e buscar o melhor para a cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, secretário, comparecimento voluntário; obrigado ao pessoal da secretaria, também, que

acompanhou o secretário aqui; obrigado pela presença e por estarem acompanhando, nesta tarde.

A Ver^a. Fernanda Barth solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 22 a 24 de novembro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 11 a 13 de novembro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLL n° 358/21, de autoria do Ver. Pedro Ruas.

Apregoo o PLL n° 423/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

Apregoo o PLL n° 441/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher.

Apregoo o PLL n° 490/21, de autoria do Ver. Giovane Byl.

Apregoo o PLL n° 493/21, de autoria da Ver^a Coletivo Cuca Congo.

Apregoo o PLL n° 497/21, de autoria do Ver. Claudio Janta.

Apregoo o PLL n° 498/21, de autoria do Ver. Claudio Janta.

Apregoo o PLL n° 499/21, de autoria do Ver. José Freitas.

Apregoo Projeto de Resolução n° 060/21, de autoria da Ver^a Camila Nunes.

Apregoo Projeto de Resolução n° 062/21, de autoria da Ver^a Coletivo Cuca Congo.

Apregoo Projeto de Resolução n° 064/21, de autoria da Ver^a Coletivo Cuca Congo.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento n° 279/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A matéria já está priorizada para hoje, vereador.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0787/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 032/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que altera o *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências –, e alterações posteriores, vedando a denominação de logradouros e equipamentos públicos com nomes de pessoas vivas, bem como com nomes de terroristas, guerrilheiros, partícipes de luta armada, genocidas, defensores do nacional socialismo, do nazismo ou do internacional socialismo ou de pessoas condenadas por subversão à ordem pública ou que tenham participado de organizações terroristas. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Comandante Nádia.** (SEI 025.00070/2021-86)

PROC. Nº 0895/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 020/21, que altera o *caput* do art. 5º, o *caput* do art. 9º; inclui o parágrafo único no art. 4º, os incs. I a IV e os §§ 1º e 2º no art. 5º, os incs. I a XX no art. 9º, o art. 12-A e o art. 12-B na Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994. **(Denominação e tipos de logradouros públicos.)** (SEI 18.00272/2021-16)

PROC. Nº 1049/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 026/21, que reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (CMS/POA), e revoga a Lei Complementar nº 277, de 20 de maio de 1992; a Lei Complementar nº 287, de 8 de janeiro de 1993; o art. 8º da Lei Complementar nº 395 de 26 de dezembro de 1996; e os arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010. (SEI 118.00308/2021-61)

PROC. Nº 0358/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui § 3º no art. 1º e arts. 1º-A, 1º-B e 1º-C na Lei nº 12.692, de 9 de março de 2020 – que obriga a divulgação de lista informando a relação de pacientes que aguardam pela realização de consultas com especialistas, exames ou cirurgias em estabelecimentos pertencentes à rede pública de saúde do Município de Porto Alegre ou a ela conveniados –, estabelecendo sua divulgação por meio de sítio eletrônico ou aplicativo e as informações que deve conter. (SEI 220.00039/2021-10)

PROC. Nº 0647/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 259/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Caminho da Via Sacra do Morro da Cruz. (SEI 021.00114/2020-91)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0357/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o *caput* e o § 2º e inclui §§ 3º e 4º no art. 30 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre requerimento de Alvará de Licença e especificando seus elementos essenciais. (SEI 220.00038/2021-67)

PROC. Nº 0707/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 030/21, de autoria dos Vers. Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier e Moisés Barboza, que estabelece regras para a implantação e a regularização de loteamento de acesso controlado no Município de Porto Alegre. (SEI 036.00042/2021-58)

PROC. Nº 1144/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 029/21, que que autoriza o Município a manter 351 (trezentos e cinquenta e um) empregos públicos de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Estratégia de Saúde da Família e 81 (oitenta e um) empregos públicos de Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), instituídos pela Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011, transferindo seus ocupantes para Quadro Celetista em Extinção da Administração Direta. (SEI 118.00319/2021-41)

PROC. Nº 0108/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 032/21, de autoria da Ver^a Laura Sito, que institui a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Pessoas com Identidade de Gênero Não-Binária (LGBTI+) no Município de Porto Alegre. (SEI 216.00036/2021-82)

PROC. Nº 0249/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 083/21, de autoria das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Laura Sito e do Ver. Matheus Gomes, que inclui a efeméride Dia de Tereza de Benguela no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de julho. (SEI 209.00042/2021-47)

PROC. Nº 0261/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/21, de autoria das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Laura Sito e do Ver. Matheus Gomes, que cria o Dossiê das Mulheres no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 152.00060/2021-02)

PROC. Nº 0356/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 135/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que cria o Programa Bem-Estar Profissional no

Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde. (SEI 208.00099/2021-47)**

PROC. Nº 0429/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Programa de Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (*fake news*) no Município de Porto Alegre. **(SEI 021.00116/2020-80)**

PROC. Nº 0518/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 200/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* e os incs. I e II do art. 11, o inc. I do *caput* do art. 15, inclui § 4º no art. 6º, § 3º no art. 11, parágrafo único no art. 14, § 1º e § 2º no art. 15 e parágrafo único no art. 24 e revoga os incs. III, IV, V e VI do *caput* do art. 11, todos na Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos, e alterações posteriores; e altera a al. *c* do inc. I do *caput* do art. 35 e inclui inc. VIII no *caput* do art. 36 da Lei nº 12.779, de 13 de novembro de 2020, que dispõe sobre o ordenamento dos elementos de mobiliário urbano no território do Município de Porto Alegre, dispendo sobre o cadastro das autorizações expedidas, sobre o requerimento de autorização para o exercício do comércio ambulante ou para a prestação de serviços ambulantes e sobre a autorização para a comercialização sobre produtos alimentícios e dando outras providências. **(SEI 034.00210/2021-15)**

PROC. Nº 0557/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/21, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece regras para a divulgação de preços promocionais por parte dos postos revendedores de combustíveis localizados no Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00233/2021-11)**

PROC. Nº 0595/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que revoga a Lei nº 8.663, de 18 de dezembro de 2001, que denominou Rua Professora Maria Spinelli um logradouro público localizado no Bairro Coronel Aparício Borges. **(SEI 161.00065/2021-18)**

PROC. Nº 0631/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que proíbe as agências de empregos localizadas no Município de Porto Alegre de cobrarem taxas e mensalidades de pessoas desempregadas que utilizem seus serviços. **(SEI 219.00067/2021-31)**

PROC. Nº 0648/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 260/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que inclui a efeméride Dia do Mercadeiro no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 3 de outubro. **(SEI 218.00035/2021-36)**

PROC. Nº 0702/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 286/21, de autoria da Ver^a Mari Pimentel que institui a Política de Transparência nas Escolas Públicas do Município de Porto Alegre. (SEI 211.00041/2021-90)

PROC. Nº 0765/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 316/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila que cria espaço de divulgação de vagas de emprego na estrutura das Prefeitura nos Bairros do Município de Porto Alegre. (SEI 219.00076/2021-21)

PROC. Nº 0964/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 404/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Maria Adelaide Sá Britto Maffazioli o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Dois Mil Cento Dezoito, localizado no Bairro Farrapos. (SEI 019.00064/2021-35)

PROC. Nº 0974/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 410/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a data da efeméride Dia Municipal de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla para o dia 30 de agosto. (SEI 034.00426/2021-72)

PROC. Nº 0987/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 416/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina rua Ricardo Jonas Gomes da Costa o logradouro conhecido como Beco Dois Av. Presidente Vargas - Bairro Arquipélago. (SEI 042.00056/2021-65)

PROC. Nº 1010/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 426/21, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que denomina Rua Adão Meireles o logradouro não cadastrado conhecido como Rua G, Vila Esmeralda, Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 050.00048/2021-19)

PROC. Nº 1021/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 436/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Rua Vânia Guimarães Sanchez o logradouro cadastrado conhecido como Rua Dois Mil Novecentos e Cinquenta e Três, localizado no Loteamento Alzira Rosa, no Bairro Mário Quintana. (SEI 042.00024/2021-60)

PROC. Nº 1026/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 438/21, de autoria do Ver. Matheus Gomes, que inclui a efeméride Dia Municipal do Suingue e Samba Rock no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 4 de dezembro. (SEI 217.00112/2021-59)

PROC. Nº 1085/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 043/21, que consolida a legislação referente às isenções tarifárias do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre e institui o Sistema de Isenções Tarifárias do Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre; inclui o art. 32-B na Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e o § 2º no art. 1º da Lei nº 10.996, de 7 de dezembro de 2010 e revoga a legislação pertinente. **Com Emenda nº 01, da Verª Cláudia Araújo. (SEI 118.00312/2021-20)**

PROC. Nº 0988/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 047/21, de autoria do Ver. Edson CT, que concede a Comenda Porto do Sol ao Deputado Estadual Dr. Thiago Duarte. **(SEI 250.00004/2021-42)**

PROC. Nº 0998/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/21, de autoria do Ver. Edson CT, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Augusta e Respeitável Loja Simbólica Mahatma Gandhi. **(SEI 250.00005/2021-97)**

PROC. Nº 1046/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 051/21, de autoria do Ver. Artur Goulart, que concede o Diploma de Honra ao Mérito a Associação Missionária SOS Resgatando Vidas. **(SEI 251.00007/2021-85)**

PROC. Nº 0247/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/21, de autoria dos Vers. Jessé Sangalli e Alexandre Bobadra, que altera o *caput* e o § 1º do art. 3º e revoga o § 2º do art. 3º, todos da Resolução nº 1.576, de 9 de outubro de 2001, e alterações posteriores, autorizando o vereador a reverter o montante economizado mensalmente da sua Quota Básica Mensal (QBM) para o Executivo Municipal. **(SEI 220.00033/2021-34)**

PROC. Nº 0244/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/21, de autoria da Verª Laura Sito, que obriga as maternidades, casas de parto e os estabelecimentos hospitalares congêneres das redes pública e privada do Município de Porto Alegre a permitirem a presença de doulas durante todo o período do trabalho de parto, do parto e do pós-parto imediato sempre que solicitadas pela parturiente. **(SEI 216.00053/2021-10)**

PROC. Nº 0248/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 082/21, de autoria das Verªs Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Karen Santos e Laura Sito e do Ver. Matheus Gomes, que inclui a efeméride Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e Periféricas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de março. **(SEI 216.00057/2021-06)**

PROC. Nº 0805/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 332/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Passaporte Municipal de Imunização e Segurança Sanitária (PMIS). (SEI 024.00079/2021-98)

PROC. Nº 0946/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 396/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que inclui conteúdo sobre o genocídio do povo ucraniano (*Holodomor*) no programa de ensino da disciplina de História do currículo escolar da Rede Municipal de Ensino. (SEI 212.00063/2021-59)

PROC. Nº 1048/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 041/21, que dispõe sobre a autorização para a aquisição de vagas na Educação Infantil - Etapa Creche junto a instituições particulares com fins lucrativos para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (SEI 118.00307/2021-17)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que nos assiste, que acompanha a sessão, demais colegas. Nós sabemos que em todas as eleições os políticos vão para as ruas e dizem: a prioridade é a saúde, a prioridade é a segurança, a prioridade é a educação. Desde que o mundo é mundo é sempre a mesma cantilena, é o mesmo verbo, é a mesma frase, é a tentativa de ilusão, de convencimento para ocuparem espaços de poder e continuarem fazendo mais do mesmo. Eles não se importam com a saúde. Quando eles demitem, o que dizer de um prefeito, Sebastião Melo, que agora, em plena pandemia, transforma em simples objetos os Agentes Comunitários de Saúde e os demite. Na rua da amargura, pessoas que foram, pelo concurso público, servir a população, arriscar as suas vidas. A Dirleia Severo Pereira, seja lá onde você estiver neste momento, Dirleia, não está mais entre nós, agente comunitária da Restinga – morreu. Morreu no ano passado, combatendo a covid, uma Agente Comunitária de Saúde que trabalhava na Restinga, Ver. Oliboni, ela tombou para salvar muitas vidas da comunidade, fazendo triagem na porta do posto. E vários outros que conseguiram sobreviver, o prefeito agora vira as costas e manda para cá a pá de cal, nessas pessoas. Respeitem a vida! Respeitem a saúde! Nós não queremos palmas, eu ouvia: “Ah, vamos bater palmas para a saúde, parabéns para você!” Vídeos de elogios. “Ah, obrigado, SUS!” Mas, na hora H, no momento de mostrar de verdade que se valoriza a saúde, eles entregam a carta de demissão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, é período de Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas está na Pauta o projeto dos agentes comunitários! Está na Pauta. Eles entregam a carta de demissão. É triste, é desolador. Retirem este projeto daqui. Tenham vergonha desse ato nebuloso, desse ataque ao

sistema público de saúde. Recobrem os sentidos da boa política, digam ao que vieram, respeitem o SUS, parem de vender saúde. Saúde não é mercadoria, saúde não deve ser objeto de lucro. Eu tenho maior respeito por quem luta por uma saúde pública e, gente, por favor, colegas, pessoas morreram e estão morrendo, da saúde. Vocês pensam que acabou. Vocês querem acabar com a porta de entrada do SUS que ajuda no processo educativo, na prevenção. Os agentes são fundamentais, temos que lutar para que nomeiem mais, tem um concurso, e não retirar as pessoas que têm experiência. Vamos fazer, vereadores e vereadoras, um mutirão, vamos visitar os postos, vamos abraçar esses servidores, vamos entregar para eles o calor da nossa vontade de fortalecer o sistema público de saúde. Uma demonstração de respeito desta Casa é entregar um documento, um pedido coletivo ao prefeito, ao secretário de saúde Sparta. Parem com as demissões, reincorporem os servidores! Produzir saúde não é só com discurso, é com ação. Não adianta vocês mandarem metade das emendas impositivas para a saúde e deixar que o secretário... Está mal assessorado; o secretário de saúde está mal assessorado, só posso crer nisso, porque talvez ele não tenha tempo para ir em todos os postos de saúde e saber que esses agentes fazem das tripas coração para atender a população. Um agente, ele está fazendo triagem da covid, ele fez porque não tinha RH suficiente, que o governo anterior sucateou. Gente, ouçam os usuários do SUS. Vamos às comunidades, vamos no pé, no barro. Salvem a saúde, não deixem acontecer demissões. Porto Alegre tem necessidade de 2 mil agentes comunitários, colegas! Porto Alegre não pode retroceder. Nós vamos perder dinheiro federal! Sem agente comunitário, a gente não consegue! Nós precisamos de mais recursos. Por favor, prefeito, retire este projeto da Casa, respeite o Sistema Único de Saúde, não se faz Atenção Primária sem Agente Comunitário de Saúde que crie vínculo, que vá na casa do analfabeto para ajudá-lo a manter a medicação em dia, que vá na casa da gestante buscá-la para o pré-natal, que vá na casa do cadeirante verificar se realmente tem condições de continuar o tratamento ou se precisa de um auxílio. Por favor, eu só peço isso, que o prefeito e toda a equipe da saúde realmente respeitem o SUS. Não respeita o SUS quem entrega demissões. Eu encerro a minha participação aqui neste período de Pauta pedindo: prefeito, em nome do PT, em nome do povo de Porto Alegre, da história do SUS que é de todos os partidos, o SUS não tem marca de um partido ou de outro, pare as demissões do IMESF; pare as demissões dos agentes, vamos sentar para conversar e construir outra solução. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Camozzato está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, Presidente, só venho cumprimentar os vereadores e dar sequência na nossa sessão, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, colegas e a todos que nos escutam pela TVCâmara, vamos fazer logo a votação das conjuntas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente, utilizo todo este tempo aqui para reforçar o que os colegas estão dizendo. Entremos logo aqui na reunião da comissão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente Idenir Cecchim, importantíssimos os temas que estão na Pauta, mas nós temos que avançar na sessão pelo adiantado da hora e vencer a nossa reunião das comissões.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convido a todos para a realização da 22^a Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 16h30min.)

* * * * *